

## **O Papel Das Políticas Educacionais Na Formação Inicial E Continuada De Professores Da Educação Básica**

Gabriel Antonio Ogaya Joerke<sup>1</sup>, Marcos Rogério Martins Costa<sup>2</sup>,  
Sawana Araújo Lopes de Souza<sup>3</sup>, Adélcio Machado dos Santos<sup>4</sup>,  
Victor Hugo de Oliveira Henrique<sup>5</sup>, Alessandra Barboza Barros Almeida<sup>6</sup>,  
Darlei Cristina Oliveira de Souza<sup>7</sup>, Tatiane de Souza Gil<sup>8</sup>, Ruana Maia Santos<sup>9</sup>,  
Luciana Siqueira de Carvalho Gama<sup>10</sup>,  
Arlys Jerônimo de Oliveira Lima Lino Carneiro<sup>11</sup>, Joel de Almeida Nunes<sup>12</sup>

<sup>1</sup>(IF de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, ORCID: 0000-0001-9131-4416)

<sup>2</sup>(Universidade de Brasília, ORCID: 0000-0002-4627-9989)

<sup>3</sup>(Universidade Federal da Paraíba, ORCID: 0000-0003-3847-7835)

<sup>4</sup>(Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ORCID: 0000-0003-3916-972X)

<sup>5</sup>(Universidade Federal de Mato Grosso, ORCID: 0000-0002-7019-4088)

<sup>6</sup>(Universidade Virtual do Estado de São Paulo, ORCID: 0009-0008-1696-6391)

<sup>7</sup>(Universidade Luterana do Brasil, ORCID: 0009-0006-6887-7177)

<sup>8</sup>(Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, ORCID: 0000-0003-1111-5519)

<sup>9</sup>(Universidade Estadual do Tocantins, ORCID: 0009-0006-2616-8014)

<sup>10</sup>(Rede Sesc, ORCID: 0000-0002-2943-7818)

<sup>11</sup>(Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, ORCID: 0000-0002-2977-2480)

<sup>12</sup>(Universidade Luterana do Brasil, ORCID: 0000-0002-5445-4484)

---

### **Abstract:**

*The article in question has as its main objective to reflect on the foundations of educational policies and their inferences in the initial and continuing training of basic education teachers. The work employed a methodological approach based on a systematic literature review, using the following descriptors “educational policies”, “teacher training” and “initial teacher training” to select relevant materials. The results and discussion of the study are organized into three distinct topics: 1) Perspectives based on the implications of educational policies; 2) Initial teacher training and educational policies; 3) School management and continuing training. Through this empirical analysis, it is concluded that basic education teachers need to be updated and qualified to discuss Brazilian educational policies, in order to align their pedagogical practice with the principles of these policies and consider the social and regional context of their students. This is essential to guarantee the right to free, quality public education for all.*

**Keywords:** School management; Teacher training; Pedagogical Political Project.

---

Date of Submission: 17-10-2023

Date of Acceptance: 27-10-2023

---

### **I. Introdução**

Conforme apresentam Smarjassi e Arzani (2021) as políticas públicas em educação ou também denominadas como políticas educacionais são constituídas por programas ou ações direcionadas em âmbito público, visando a garantia dos direitos constitucionais. Tendo em vista que um destes objetivos é a garantia e acesso a uma educação de qualidade, pública e gratuita para todos os indivíduos, faz-se necessário que as políticas públicas em educação circundem as necessidades de todos os cidadãos. Neste ínterim, faz-se necessário que a sociedade tenha conhecimento sobre tais políticas e tenha a garantia de sua aplicabilidade.

De acordo com Gatti (2013) a educação consiste em um processo e, este envolve pessoas com diferentes níveis de conhecimento. Neste ponto, a autora estabelece que a educação escolar é uma ação intencional que parte de um conjunto geracional com outro mais jovem, visando a formação social, moral, cognitiva, levando em consideração o contexto histórico, social e institucional. Neste ínterim, os subsídios descritos e aplicados consoante as políticas educacionais devem levar em consideração as especificidades locais, sociais e regionais. O Projeto Político Pedagógico (PPP) pode ser encontrado em todas as unidades escolares e nele contém fundamentos

políticos, sociais e situacionais que podem servir de instrumentos para discussões pedagógicas, oportunizando diálogos frente às políticas educacionais. A professora e pesquisadora Ilma Veiga aponta que:

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (VEIGA, 2004, p. 19).

Nas palavras supracitadas de Veiga, encontra-se o valor da descentralização da estrutura de poder nas escolas, ou seja, a valia de uma escola que anuncia a socialização, a equidade na tomada de decisões. A autora ainda aponta que a escola é “mera executora” das políticas educacionais, o que reitera a importância de professores que se atentem para o desenvolvimento de tais políticas, participantes efetivos na construção de um PPP plural e transformador e dialogado com as especificidades da comunidade. Desse modo, a construção do PPP, a formação de professores e a gestão democrática são interfaces que irão refletir na aplicação das políticas educacionais no cotidiano escolar (VEIGA, 2009).

Partindo do princípio que as políticas educacionais orientam e regulamentam os sistemas de ensino no Brasil e no mundo, acredita-se que os professores e gestores devam balizar discussões, a fim de que se atualizem para que o magistério e a docência acompanhem as mudanças que ocorrem ao nível de legislação, repercutem na educação e se encaminham para o mundo do trabalho e da cidadania (FREITAS, 2021).

Com base nesse contexto, surge o seguinte questionamento: *Quais são os caminhos que evidenciam o embasamento das políticas educacionais na formação inicial e continuada de professores?* À vista disso, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre os fundamentos das políticas educacionais e suas inferências na formação inicial e continuada de professores da educação básica.

## **II. Metodologia**

Esse estudo pode ser caracterizado como uma revisão bibliográfica da literatura, especificamente do tipo sistemática. Sua estrutura consiste em um texto empírico, organizado de forma sistemática, incorporando perspectivas de diferentes autores que contribuem para a discussão sobre políticas educacionais e formação de professores. Conforme apontado por Treinta et al. (2014, p. 519), no decorrer desse processo de pesquisa bibliográfica, “é necessária a intervenção do autor para: identificação das palavras-chave, realização das filtrações e, sobretudo, para a avaliação do artigo pesquisado quanto a seu alinhamento com o tema proposto”.

Para conduzir esta revisão bibliográfica, foram consultadas diversas bases de dados, tais como: Base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), visando mapear artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos científicos. Os descritores utilizados foram “políticas educacionais”, “formação de professores”, “formação inicial de professores” e “formação continuada”.

Conforme a perspectiva de Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida:

[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Posto isso, a pesquisa bibliográfica é um importante instrumento de atualização da literatura científica e acadêmica, onde os pesquisadores realizam pesquisas teóricas, adotando novos pontos de vista e métodos de materiais publicados. Na perspectiva de Prodanov e Freitas (2013, p. 54) “é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”. Assim, identifica-se que a pesquisa bibliográfica pode apresentar subjetividades, pois consiste na análise, reflexão e interpretação dos autores que a desenvolvem sobre determinado assunto, com base nas produções.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) os pesquisadores que se centram em pesquisas qualitativas “buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. Desse modo, faz-se necessário que a pesquisa qualitativa em educação seja valorizada, pois é um campo rico na produção de relatos e vivências e, muitas vezes, parte de narrativas que não são quantificadas numericamente.

Partindo desse pressuposto, os artigos e demais materiais coletados para esta pesquisa compõem os resultados e discussão deste estudo. Os dados foram analisados qualitativamente, compondo tópicos estipulados pelos autores em cunho ensaístico e sistemático. Conforme aponta Minayo (2001, p. 76) “faz-se necessário que

façamos uma leitura do material no sentido de tomarmos contato com sua estrutura, descobriremos orientações para a análise e registrarmos impressões sobre a mensagem”.

### **III. Resultados e Discussão**

#### **Perspectivas com base nas implicações das políticas educacionais**

Antes de mensurar as políticas educacionais, é válido usar as palavras de Hofling (2001, p. 31) quanto a definição de Estado e de governo:

**Estado** como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e **Governo**, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período

Para Hofling (2001) o Estado tem a responsabilidade de gerir as políticas públicas, de colocá-las em ação. Desta forma, “políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais”. Para a estudiosa, a educação é uma “política de corte social” (HOFLING, (2001, p. 31).

Ainda sobre política pública, Souza (2006, p. 26) a define como:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

No que tange às políticas educacionais no país, não podemos deixar de registrar como marco de seu reordenamento a última década do século passado e a primeira deste século. Cenário em que a neoliberalização mobilizou a nova reestruturação do capital (HARVEY, 2008). Neste ínterim, o campo da educação altera-se de forma decisiva e um tanto brusca. Basta perceber as relevantes transformações nas áreas das políticas educacionais e curriculares para a educação básica, mais precisamente no campo do currículo e da avaliação. Percebe-se que a educação básica foi modelada para formar um determinado perfil de sujeito.

A exemplo das alterações no campo da educação brasileira, mais precisamente, no ensino fundamental, podemos citar a Lei nº 11.114/2005, que torna a matrícula dos alunos com seis anos obrigatória, e a de nº 11.274/2006, que amplia a jornada escolar de oito para nove anos (BRASIL, 2013).

Vale ressaltar que a educação enquanto transformadora de realidades deve ser alvo de políticas públicas que favoreçam a inserção, acesso e permanência de todos no ensino público. O ensino médio vem sofrendo grandes mudanças nos últimos anos, quando se trata do novo ensino médio, que causou uma reformulação curricular, por meio da inserção de itinerários formativos nas escolas brasileiras. Todavia, antes do novo ensino médio ser efetivado, surgiu uma política educacional consoante a Lei Federal 12.513 de 26 de outubro de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (BRASIL, 2011, Art. 1º), para:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Conforme Santos et al. (2023) o novo ensino médio surgiu enquanto proposta de reforma da educação básica brasileira, buscando o diálogo do processo educativo com o mundo do trabalho. Posto isso, o objetivo do novo ensino médio é circundar a educação para preparação de mão de obra qualificada para os diversos campos de produção. Os autores criticam a tendência tecnicista, que muitas vezes se assemelha com o novo ensino médio por deixar em segundo plano a formação cidadã, pois seu foco está intrinsecamente ligado com o mundo do trabalho.

Os autores Souza, Sousa e Aragão (2020) mencionam as mudanças que ocorreram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), propiciando a inserção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto referencial dos currículos dos cursos de formação de professores, a fim de que dialoguem as políticas educacionais do ensino médio e suas relações com o currículo da educação básica.

Por outro viés, Souza (2017) ao mapear produções da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), salienta que o lugar da interculturalidade precisa ser expandido e problematizado nas pesquisas científicas. Com bases nestes referenciais, remete-se que o currículo da formação inicial e cursos de formação continuada de professores devem dialogar com a educação multicultural, plural e politizada, garantindo que os docentes tenham conhecimento das políticas em questão e reivindiquem sua implementação.

Em tempos onde se faz necessário desmistificar o racismo e a desigualdade, as políticas educacionais que se direcionam às relações étnico-raciais podem se tornar um caminho viável para a educação antirracista. Neste ínterim, Rodrigues e Abramowicz mensuram que (2013, p. 29):

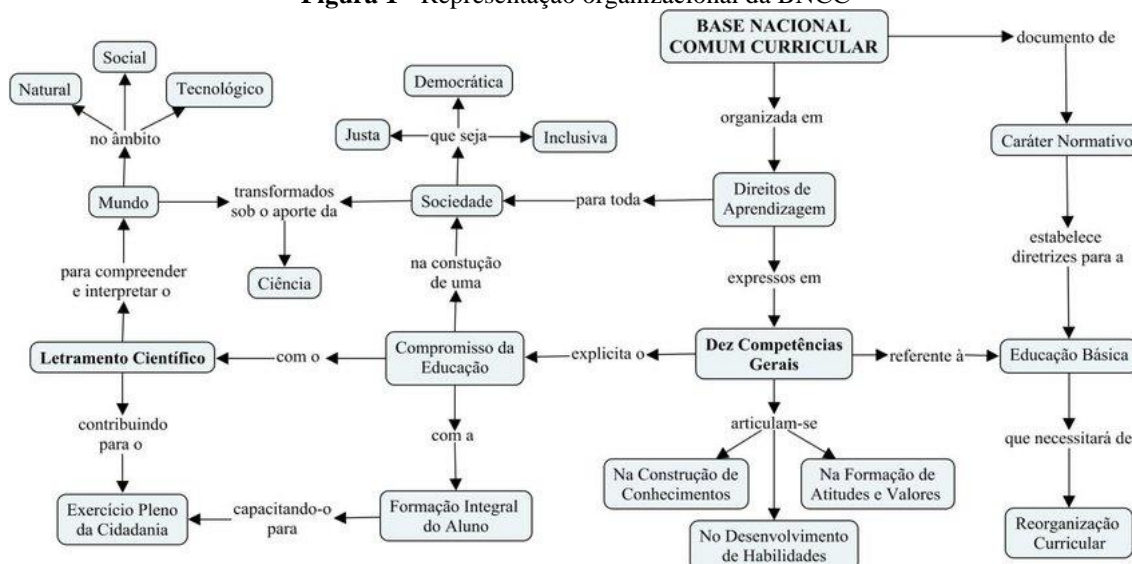
[...] é possível alcançar a ética universal proposta pelos interculturalistas, quando ela já foi rompida pelo colonialismo. A reconfiguração de tal ética só é possível a partir desse espaço da diáspora, numa retomada das linhas de gênero/raça/etnia como diferença e não como diversidade, a qual propôs um apagamento dessas mesmas linhas.

Vale destacar que, a própria BNCC é uma política pública educacional que visa nortear o currículo da educação básica no Brasil. Muitos autores criticam os ideais neoliberais presentes no documento, bem como, seus patrocinadores, entretanto, muitos também defendem a Base enquanto documento homogêneo (OLIVEIRA, 2018).

O interessante é que a BNCC aponta habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e muitos apontam as fragilidades de temáticas que não são abarcadas no documento, o que releva a valia dos documentos norteadores ao nível municipal e estadual em apontar novos caminhos para a educação, tendo por evidência as insurgências das especificidades locais e regionais.

Os autores Branco et al. (2018) apresentam a organização da BNCC através do seguinte mapa mental, conforme a figura 1:

Figura 1 - Representação organizacional da BNCC



Fonte: Branco et al. (2018, p. 706).

Nesta organização, é possível inferir que a Base é um documento de caráter normativo que estabelece as diretrizes para a educação básica com foco na reorganização curricular. Trata-se de um documento organizado em direitos de aprendizagem, adotando o desenvolvimento de dez competências que se articulam na construção de conhecimentos, formação de atitudes e valores e desenvolvimento de habilidades. Tendo em vista a formação

integral do aluno e o compromisso com a educação, os direitos de aprendizagem e o compromisso com a educação se expressam na busca por uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva (BRASIL, 2018; BRNCO et al., 2018).

Os mesmos autores criticam a Base, apontando que o documento centra-se exclusivamente na valorização de competências e habilidades, o que resulta em déficits nos conteúdos a serem trabalhados, que são secundarizados. Assim sendo, a Base “não apresenta perspectivas claras de que contribuirá para a formação emancipatória dos indivíduos, nem para a uma educação científica equitativa” (p. 711).

Neste contexto, diversas políticas educacionais estão em vigor no país, seja em âmbito nacional, municipal ou estadual, além da BNCC e da LDB. Destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE), que busca estabelecer metas na educação básica, como a erradicação do analfabetismo e a redução das desigualdades; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e políticas de cotas nas universidades públicas, entre outras iniciativas.

### **Formação inicial de professores no contexto das políticas educacionais**

Bernardete Gatti (2014) discute, a partir de meta-análises, os significados da formação inicial de professores no contexto das políticas educacionais. A autora destaca que o elo entre políticas educacionais e formação de professores merecem ações mais incisivas por parte dos gestores e das instituições de ensino superior. A autora aponta a necessidade novas pesquisas em educação com foco na expressão das várias modalidades de linguagem para que o alcance aos gestores multipliquem ações mais consistentes na formação de professores.

Em tempos de globalização e internacionalização das políticas educacionais, Fávero (2017) aponta que é impossível ignorar as novas demandas sociais, econômicas, políticas e educacionais. O autor aponta que a educação caminha lado a lado com a perpetuação entre o setor privado e o setor público e salienta que a busca pela equidade é um caminho viável para evitar a perpetuação em favor do mercado profissional.

Oliveira (2010) cita alguns tópicos a serem considerados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCN-Pedagogia) na construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC):

- os estudos de teorias necessárias à construção de aprendizagem, socialização e elaboração de conhecimentos, de tecnologias da informação e comunicação e de diversas linguagens;
- a decodificação e utilização de diferentes linguagens utilizadas pelas crianças;
- a participação em seminários e em projetos de iniciação científica;
- as atividades de comunicação e expressão cultural;
- a delimitação de horas para atividades teórico-práticas por meio da iniciação científica e para a participação em pesquisas (p. 247).

Considerando que os cursos de licenciatura em pedagogia possuem uma formação plural e abrangente na área da educação, a inserção das temáticas transversais e epistemológicas são importantes para balizar com eficiência a formação inicial de professores. Isso porque, a formação inicial irá refletir na qualidade da docência na educação básica, de modo que, professores que tenham autonomia para refletir sobre a prática pedagógica e conceitos político-pedagógicos, terão um maior embasamento, inclusive, para o desenvolvimento de pesquisa e interesses em formações continuadas (CUNHA et al., 2022).

### **Formação continuada de professores face às políticas educacionais**

No que tange aos fundamentos de Ribeiro (2020), a formação continuada teve oportunizar elos entre a prática docente e o conhecimento teórico, no intuito de oportunizar contínuas reflexões para o aprimoramento e desenvolvimento de novas tendências na educação básica. Neste sentido, faz-se necessário, constantemente, retomar assuntos e fundamentos levantados na formação inicial, para que os fundamentos teóricos da educação venham oportunizar a eficácia de uma prática efetiva no cotidiano escolar.

Posto isso, professores e gestores devem unir-se para separar momentos de discussões pedagógicas, ou até mesmo buscar auxílio nas universidades para discutir as políticas educacionais, pois estas:

[...] sempre influenciaram ou influenciarão na formação de professores, bem como serão responsáveis pela qualidade ou não dos processos formativos, assim a gestão pedagógica assume uma postura de incentivadora e mediadora no sentido de capacitar e preparar os docentes para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício da sua prática pedagógica (BRANDÃO, 2013, p. 9).

As pesquisadoras Ens e Ribas (2012) destacam que é imprescindível que os professores reflitam sobre os aspectos formativos, ou seja, implica pensar continuamente em formações voltadas para políticas educacionais, tanto em cunho formativo, quanto o assunto em questão é a prática pedagógica. Neste ponto, as autoras destacam que surgem muitas pesquisas e discussões quanto à aproximação das licenciaturas com a educação básica, evidenciando que ainda existem lacunas no elo entre universidade, escola e sociedade, todavia, estudos apontam

o potencial destas relações na formação de professores, o que deve ser alvo de pesquisas para o aperfeiçoamento da educação básica e da formação de professores.

Sem diminuir a importância dos atuais investimentos feitos na área de formação continuada, é cada vez mais necessário inserir toda a sociedade nas discussões acerca dos princípios, objetivos e finalidades das políticas de formação continuada que estão sendo implementadas no Brasil. É necessário lembrar que toda e qualquer política de formação docente só será eficaz com uma efetiva reflexão que acarrete a transformação de suas condições de trabalho (RIBEIRO, 2020, p. 4).

Finalizando este tópico de discussão, anuncia-se o valor da inserção de licenciandos nas investigações de dados do contexto escolar, estudos que envolvem o PPP, a BNCC e demais políticas educacionais. Posto isso, diversos projetos interdisciplinares podem surgir de maneira exitosa a partir de discussões que permeiam diálogos atuais do século XXI e a escola deve ser alvo de tais discussões, pois essas temáticas podem advir de formações continuadas e serem multiplicadas nas salas de aula.

#### **IV. Considerações Finais**

Este artigo buscou refletir sobre o papel das políticas educacionais na formação inicial e continuada de professores da educação básica, explorando as implicações dessas políticas em diferentes aspectos da prática docente. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, analisou-se as perspectivas baseadas nas implicações das políticas educacionais, a formação inicial de professores e a formação continuada, destacando a importância de um diálogo constante entre as políticas educacionais e a prática pedagógica.

No que diz respeito às implicações das políticas educacionais, observou-se que as políticas públicas desempenham um papel fundamental na configuração do sistema educacional, moldando currículos, diretrizes pedagógicas e metas de qualidade. No contexto brasileiro, a BNCC tem sido um marco importante nesse sentido, estabelecendo delineamentos curriculares para a educação básica. Contudo, é importante reconhecer as limitações da BNCC, que muitas vezes prioriza competências e habilidades em detrimento dos conteúdos, demonstrando a necessidade de políticas mais inclusivas e sensíveis às diversidades culturais e étnico-raciais.

A formação inicial de professores também foi explorada, destacando a importância de abordagens pedagógicas desde a graduação que preparem os futuros educadores para enfrentar os desafios da prática docente. A formação de professores deve incluir não apenas o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, mas também a reflexão sobre as políticas educacionais e a capacidade de adaptar a prática às necessidades específicas de cada contexto escolar. Nesse sentido, a interculturalidade e a educação multicultural são aspectos essenciais a serem considerados na formação de professores, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa da educação.

Por fim, discutiu-se a importância da formação continuada de professores como um processo contínuo de aprendizado ao longo da carreira docente. A formação continuada permite que os professores mantenham-se atualizados em relação às políticas educacionais em constante evolução e promovam a reflexão sobre práticas pedagógicas inovadoras. Além disso, enfatizou-se a importância da participação ativa dos professores na formulação e implementação de políticas educacionais, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.

Em conclusão, este artigo destaca a necessidade de uma abordagem integrada entre políticas educacionais, formação inicial e continuada de professores. Os professores da educação básica desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e, para isso, é fundamental estarem preparados para compreender, questionar e moldar as políticas que afetam a educação. Somente assim será possível garantir o direito de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, promovendo a formação de cidadãos críticos, conscientes e preparados para os desafios do século XXI.

#### **Referências**

- [1]. Branco, Alessandra Batista De Godoi Et Al. Alfabetização E Letramento Científico Na Bncc E Os Desafios Para Uma Educação Científica E Tecnológica. Revista Valore, V. 3, P. 703-713, 2018. Doi: <https://doi.org/10.22408/Reva302018174702-713>. Disponível Em: <https://valore.homologacao.emnuvens.com.br/valore/article/view/174>. Acesso Em: 27 Set. 2023.
- [2]. Brandão, Maria Aparecida Luíz. Políticas Educacionais Para Formação Continuada Dos Professores E A Gestão Pedagógica Da Escola. Monografia (Especialização) - Universidade De Brasília - Unb, Curso De Especialização Em Coordenação Pedagógica, Centro De Formação Continuada De Professores, 2013. 45p. Disponível Em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8780/1/2013\\_Mariaaparecidaluizbrandao.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8780/1/2013_Mariaaparecidaluizbrandao.pdf). Acesso Em: 27 Set. 2023.
- [3]. Brasil. Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, Ldb. 9394/1996. Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Brasília: Mec, 1996. Disponível Em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/Lei\\_De\\_Diretrizes\\_E\\_Bases\\_2ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/Lei_De_Diretrizes_E_Bases_2ed.pdf). Acesso Em: 26 Set. 2023.
- [4]. Brasil. Lei Federal 12.513 De 26 De Outubro De 2011. Institui O Programa Nacional De Acesso Ao Ensino Técnico E Emprego (Pronatec). Brasília: Governo Federal, 2011. Disponível Em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm). Acesso Em: 26 Set. 2023.
- [5]. Brasil. Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Mec/Sef, 2018. Disponível Em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc\\_ei\\_ef\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc_ei_ef_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso Em: 27 Set. 2023.
- [6]. Cunha, Fernando Icaro Jorge Et Al. Continuing Education Of Teachers In Basic Education: A Systematic Review. Research, Society And Development, [S. L.], V. 11, N. 7, P. E10511729383, 2022. Doi: <https://doi.org/10.33448/Rsd-V11i7.29383>. Disponível Em: <https://rsdjournal.org/index.php/Rsd/article/view/29383>. Acesso Em: 27 Set. 2023.

- [7]. Ens, Romilda Teodora; Ribas, Marcielle Stiegler. Políticas De Formação Inicial E Continuada De Professores Da Educação Básica E As Mudanças Nos Cursos De Licenciatura. *Dialogia*, [S. L.], N. 16, P. 99–112, 2013. Doi: <https://doi.org/10.5585/dialogia.N16.4094>. Disponível Em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/4094>. Acesso Em: 27 Set. 2023.
- [8]. Fávero, Altair Alberto. Formação Docente No Contexto Da Internacionalização Das Políticas Educacionais: A Tensão Entre Os Valores Da Profissão E Os Valores Do Mercado. *Olhar De Professor*, V. 20, N. 2, Recurso Online, 2017. Disponível Em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/9838>. Acesso Em: 27 Set. 2023.
- [9]. Freitas, A. S. Políticas Educacionais Globais E O Contexto Brasileiro. *Revista Da Anpege*, [S. L.], V. 16, N. 30, P. 289–306, 2021. Doi: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v17i30.10651>. Disponível Em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/10651>. Acesso Em: 26 Set. 2023.
- [10]. Gatti, Bernardete Angelina. Educação, Escola E Formação De Professores: Políticas E Impasses. *Educar Em Revista*, N. 50, P. 51–67, Out. 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000400005>. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/er/A/Mxxdfbw5fnmpbqfr6v8cd5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso Em: 26 Set. 2023.
- [11]. Gatti, Bernardete Angelina. Formação Inicial De Professores Para A Educação Básica: Pesquisas E Políticas Educacionais. *Estudos Em Avaliação Educacional*, São Paulo, V. 25, N. 57, P. 24–54, 2014. Doi: <https://doi.org/10.18222/eae255720142823>. Disponível Em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2823>. Acesso Em: 27 Set. 2023.
- [12]. Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfó. *Métodos De Pesquisa*. Porto Alegre: Editora Da Ufrgs, 2009.
- [13]. Gil, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos De Pesquisa*. 4. Ed. - São Paulo : Atlas, 2002
- [14]. Harvey, David. *O Neoliberalismo: História E Implicações*. Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola: São Paulo, 2008.
- [15]. Hofling, Eloisa De Mattos. Estado E Política (Públicas) Sociais. *Cad. Cedes Vol.21 Nº. 55* Campinas Nov. 2001. Disponível Em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso Em: 27/09/2012.
- [16]. Minayo, Maria Cecília De Souza (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, Método E Criatividade*. 18 Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.